



## PARECER JURÍDICO

Processo Administrativo N.º 60/2021  
Inexibibilidade de Licitação n.º 11/2021

**OBJETO:** Implantação de Programa bilingue em escolas.

Encaminhado ao setor jurídico a solicitação de emissão de Parecer Jurídico em relação a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de implantação de programa bilingue na rede municipal de ensino. nos termos do parágrafo único, do artigo 38 da Lei 8666/93, o qual transcreve-se:

Parágrafo único. As minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração.

A Secretária Municipal de Educação solicitou a contratação de empresa prestadora dos referidos serviços. Alega que o mundo globalizado necessita incrementar o ensino público visando formar cidadãos cada vez mais capacitados para o mercado de trabalho e que o ensino da língua inglesa é primordial para trazer conhecimento e bagagem para os jovens e adolescentes da rede municipal.

Observa-se que não há documentos que corroborem com as justificativas apresentadas.

O objeto não está descrito adequadamente, nos termos do artigo 40, I da Lei de Licitações. O objeto trata de curso, porém não está descrita grade programática a ser implantada, método, recursos didáticos e público alvo,

A presente licitação está fundamentada na Lei de Licitações (Lei n.º 8.666/93, art. 25, Inciso III).



# Prefeitura Municipal de Porto Esperidião

Porém, no presente caso, não está evidenciada a existência de situação de inexigibilidade de licitação de que trata o art. 25, inciso III, da Lei nº 8.666/93, verbis:

“Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

III - para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.”

Os serviços que estão sendo contratados não são realizados por artistas. Os profissionais que executarão os serviços não se enquadram no requisito de profissionais de qualquer setor artístico.

Observe-se que para a contratação de artista é necessário respeitar no processo licitatório o princípio da impessoalidade, atendimento ao interesse público e tratamento igualitário, previstos no artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal.

Porém, no presente caso, trata-se de contratação de empresa, cujos serviços serão realizados por pessoas comuns, que não são necessariamente consagrados como artistas e ou personalidades do setor artístico.

Estando o processo devidamente instruído com os documentos necessários à análise, o parecer é desfavorável ao prosseguimento da licitação, em razão de não preencher os requisitos do art. 25, Inciso III da Lei nº 8666/93.

S. M. J.

Porto Esperidião, 08 de novembro de 2021.

José de Barros Neto  
Portaria 58/2012

José de Barros Neto  
Advogado - OAB-MT 3341-0